

O PROCESSO DE AUTOGESTÃO DE CAN BATLLÓ, EM BARCELONA: UMA FEIÇÃO RADICAL DO URBANISMO TÁTICO¹

THE SELF-MANAGEMENT PROCESS OF CAN BATLLÓ IN BARCELONA:
A RADICAL PERSPECTIVE OF TACTICAL URBANISM

ADRIANA SANSÃO FONTES

RESUMO

O urbanismo tático tem sido disseminado como uma abordagem que utiliza ações de curto prazo e de baixo custo para demonstrar possibilidades de transformação de longo prazo nas cidades. É defendido como uma ação em que cidadãos, com suas próprias mãos, iniciam processos de transformação, em um contexto de ineficiência dos governos e de escassez de recursos. Apesar da crescente popularidade, a abordagem também vem gerando controvérsias; assim, o objetivo deste artigo é discuti-la em um viés mais radical, enquanto abordagem urbana de ruptura do *status quo*, utilizando como caso o processo de autogestão de *Can Batlló*, em Barcelona. *Can Batlló* é uma antiga fábrica têxtil, desativada na década de 1960, a qual nos últimos dez anos tem sido apropriada pela comunidade local, que vem praticando um sistema de autogestão e de criação de comuns urbanos. O artigo parte da apresentação do processo de transformação da fábrica, seguindo para a discussão sobre a crítica atual do urbanismo tático e para a interpretação do caso sob o viés mais radical, o qual experimenta formas alternativas de organização social para a promoção de transformações gradativas em um espaço privado, de forma a convertê-lo em um comum urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Comuns urbanos. Espaços coletivos. Intervenção. Participação.

ABSTRACT

Tactical urbanism has been disseminated as an approach that uses short-term and low-cost actions to demonstrate possibilities for long-term transformation in cities. It represents an action in which citizens, with their own hands, initiate processes of transformation, in a context of government inefficiency and resource scarcity. Despite the growing popularity, this approach has also raised controversy. This paper aims to discuss this movement in a more radical way, as an urban approach to disrupt the status quo, using the self-management process of Can Batlló, in Barcelona, as a case. Can Batlló is an old textile factory, decommissioned in the 1960s, which was appropriated by the local community in 2011, practicing a system of self-management and urban commons. The paper starts from the introduction of the transformation process of the factory, followed by the discussion about the current criticism of tactical urbanism and the interpretation of the case under the most radical perspective of this approach, for experimenting alternative forms of social organization to promote gradual transformations in a private space, to convert it into an urban common.

KEYWORDS: Urban commons. Collective space. Intervention. Participation.

INTRODUÇÃO

O **URBANISMO TÁTICO** tem sido disseminado no mundo como uma abordagem que utiliza ações de curto prazo e de baixo custo para demonstrar possibilidades de transformação de longo prazo nas cidades. É defendida como um tipo de ação que envolve engajamento comunitário, na qual cidadãos, com suas próprias mãos, iniciam processos de enfrentamento de questões urbanas que os afetam, em um contexto de ineficiência dos governos e de escassez de recursos.

Trata-se de um conceito recente e ainda em construção, cuja origem está no trabalho do filósofo francês Michel de Certeau (CERTEAU, 1999), que define diferenças entre estratégias e táticas. Segundo o autor, estratégia é o cálculo das relações de força a partir do ponto de vista do poder, enquanto tática é a reação gradual dos fracos, que aproveitam ocasiões e brechas para atuar. Essa definição vem inspirando arquitetos e teóricos contemporâneos e alcançando bastante projeção e popularidade no mundo na última década, por meio de ações de criação ou de melhoria de espaços públicos.

Recentemente, verifica-se que as intervenções mais comuns associadas ao urbanismo tático têm sido as ações de redesenho viário em áreas públicas, executadas em etapas, intervenções responsivas que servem como testes para transformações futuras. Essas atuações estão vinculadas a temas como mobilidade ativa, pedestralização e segurança viária, tendo se proliferado em contextos de países centrais ou em desenvolvimento.

Porém, há muitas outras formas de colocar essa abordagem em prática, como, por exemplo, através de ações relacionadas ao meio ambiente (praças temporárias, hortas comunitárias, reciclagem), iniciativas de desenvolvimento local e de empoderamento cidadão (ações culturais locais, mapeamentos colaborativos, sinalização de guerrilha), entre outras possibilidades.

Apesar de sua crescente popularidade, o urbanismo tático também vem gerando controvérsias. Entre as críticas mais comuns estão a ideia de que a abordagem desobriga o Estado da provisão da infraestrutura necessária à sociedade, ou de que esta atuação pode, supostamente, reforçar a agenda neoliberal, em vez de combatê-la, quando utilizada como meio de valorização econômica nos lugares intervindos (MOULD, 2014; WILLIAMS; GOODWIN; CLOKE, 2014; BRENNER, 2016; WEBB, 2018).

Alguns desses autores, no entanto, consideram o urbanismo tático um conceito poliédrico, estando sua força na base comunitária e em seu aspecto combativo. Segundo Brenner (2016, p. 9), o urbanismo tático é uma “[...] atuação mobilizada ‘de baixo para cima’ por meio de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes”. Pode envolver articulações com governos ou com o setor privado, mas suas fontes geradoras devem ser de base comunitária. Webb (2018, p. 63), por sua vez, defende que o urbanismo tático tem o potencial de “[...] abrir locais

políticos alternativos dentro da cidade, bem como métodos excepcionais de debate político que não dependem de trocas verbais e textuais, ou mesmo nelas centradas”.

O objetivo deste artigo é apresentar o urbanismo tático dentro dessa orientação mais radical – enquanto abordagem urbana de ruptura do *status quo* –, por meio da discussão do processo de autogestão de *Can Batlló*, em Barcelona. Entende-se por autogestão a administração de um organismo pelos seus participantes em regime de democracia direta.

Can Batlló é uma antiga fábrica têxtil, desativada na década de 1960, a qual nos últimos dez anos tem sido apropriada pela comunidade local do bairro de La Bordeta, que vem praticando um sistema de autogestão e de criação de comuns urbanos para os moradores do bairro (*Figura 1*).

Parte-se dos seguintes questionamentos: poderia o caso de *Can Batlló* ser lido sob uma lógica mais radical do urbanismo tático? O que esse caso poderia trazer de contribuição para ações futuras dentro dessa prática?



FIGURA 1 – Vista geral do recinto industrial.
Fonte: *Can Batlló* (2012) com autorização de uso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada baseou-se na discussão do caso à luz de dois autores principais, Brenner (2016) e Webb (2018), buscando verificar e comprovar a natureza da ação tática apresentada. Para o trabalho, utilizou-se uma bibliografia específica composta de teses, artigos e sites, realizaram-se visitas ao local e recolheu-se um depoimento *online* com um dos atores envolvidos na ação.

O artigo parte da apresentação do processo de transformação de *Can Batlló*, seguindo para uma discussão sobre as formas de urbanismo tático e sua

crítica atual. Depois, parte para a interpretação do local dentro de uma visão de urbanismo tático mais radical, o qual experimenta formas alternativas de organização social para a promoção de ações acupunturais baseadas na conversão de um espaço privado em um comum urbano.

O PROCESSO DE AUTOGESTÃO DE CAN BATLLÓ

O distrito industrial de *Can Batlló* ocupa uma área de 9 hectares no bairro de *La Bordeta*, sul de Barcelona, estando delimitado pela *Gran Via de les Corts Catalanes* e pelas ruas *Mossèn Amadeu Oller*, *Constitución* e *Parcerisa*. Sua área ocupa 25% do bairro e sempre se constituiu como um recinto murado por todos os lados, conformando uma quadra de grandes dimensões que configurava uma fronteira espacial para o entorno (*Figura 2*).

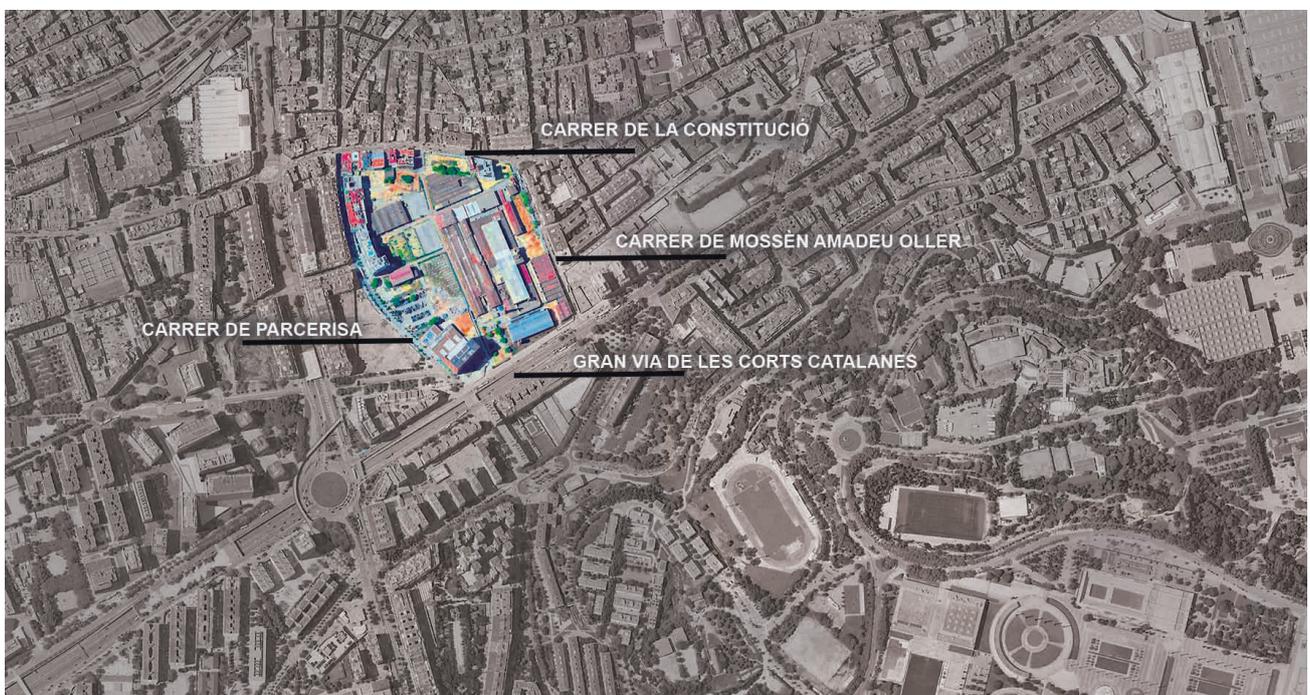


FIGURA 2 – Localização e limites de *Can Batlló*.

Fonte: Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) (2020).

BREVE HISTÓRICO DE CAN BATLLÓ

Can Batlló tem um histórico bastante peculiar. Considerada como o berço do movimento operário em Barcelona (CASTRO-COMA et al., 2011), foi construída em 1880 pela família Batlló para abrigar uma fábrica têxtil. Essa indústria funcionou até a guerra civil (1936-1939), quando, assim como outras indústrias de Barcelona, foi coletivizada devido ao exílio de seus proprietários. O período de coletivização foi considerado por alguns autores (CASTRO-COMA et al., 2011) como bastante produtivo para a fábrica, em um contexto caracterizado também pelo auge dos movimentos comunitários em Barcelona, que começavam a se empoderar e a reivindicar o direito à cidade (ROCAMONDE, 2017).

Com o estabelecimento do franquismo (1939-1975) e com a volta dos proprietários do exílio, tendo a crise do algodão da década de 1960 como pano de fundo, a fábrica foi transformada, em 1964, em um polígono industrial. Nesse novo contexto, as naves foram repartidas em pequenos espaços para abrigar indústrias de pequeno porte, alterando a dinâmica local.

Após pouco mais de uma década, em 1976, a prefeitura de Barcelona elaborou uma nova legislação, o *Plan General Metropolitano* (PGM-1976), que definiu novos parâmetros para a área em questão, convertendo-a de área de uso industrial para área de uso residencial, equipamentos e áreas verdes, preservando algumas naves da fábrica com valor patrimonial (CAN BATLLÓ, 2020). O PGM-1976 é considerado como o ponto de partida da reestruturação urbana da cidade após a redemocratização, plano geral que se desdobrou, posteriormente, em planos setoriais, parciais e específicos para várias áreas, assim como um conjunto de projetos urbanos de grande porte, realizados no âmbito do Primeiro Plano Estratégico (1988-1992) para os Jogos Olímpicos de 1992 (ZANETTI, 2005).

Trata-se, portanto, do início de um período de grandes investimentos públicos, com o objetivo de inserir Barcelona no conjunto de “cidades globais”, em um cenário de competição econômica. Esse fenômeno é amplamente criticado por autores como Capel (2005) e Delgado (2007): o “modelo Barcelona”, a “Barcelona espetáculo”, suposto paradigma de crescimento, originalidade e harmonia (DELGADO, 2007).

No contexto dessas grandes reformas, foram executadas obras de caráter urbanístico nas áreas olímpicas da cidade (Montjuïc, Vall d’Hebron, Diagonal e Poblenou) e nas rondas (Dalt, Litoral e Mig), esta última é vizinha do recinto de *Can Batlló* e, segundo Solà-Morales (2008b), foi dotada de uma “geometria grotesca”, estando ladeada por edificações especulativas que se implantaram “de costas” para os bairros, desprovidas de interesse pela cidade existente.

O plano representou o início de quatro décadas de negociações entre a família proprietária, o governo, os pequenos industriais que ocupavam a fábrica e as associações de vizinhos, que viam na área oportunidade para uma transformação no bairro que pudesse atender às necessidades coletivas. Enquanto proprietário e governo, imersos nesse contexto especulativo, almejavam obter a maior valorização econômica dos imóveis, os pequenos industriais negociavam a transferência de suas atividades para outros locais e a comunidade lutava pela construção de 21 equipamentos públicos para o bairro – historicamente carente de áreas de lazer e infraestrutura –, e pela transformação do recinto em um espaço comum, um parque aberto à comunidade. Afinal, a situação reunia dois aspectos simultâneos e complementares: uma área extensa e abandonada, e, ao mesmo tempo, um bairro necessitado de equipamentos públicos.

Em função dos distintos interesses em jogo, somente em 2006 houve um acordo entre a comunidade e o governo local por meio de uma modificação

do PGM, na qual se definiu que a prefeitura construiria os equipamentos de que o bairro necessitava, em troca da construção de alguns edifícios para o mercado imobiliário nas bordas mais valorizadas da propriedade, os eixos *Gran Via-Parcerisa*. Cabe comentar que o poder público já vinha gradativamente adquirindo a propriedade do imóvel.

No entanto, nessa época já se começava a vislumbrar a chegada da crise econômica mundial de 2008 e a queda do mercado imobiliário, com grande impacto na Espanha, fator que prejudicou os investimentos públicos no local e paralisou as inversões privadas, que seriam beneficiadas pela injeção do capital público no conjunto (CASTRO-COMA *et al.*, 2011). Assim, passaram-se mais alguns anos sem muitas providências por parte do poder público, e por causa disso, em 2009 foram reativadas as reivindicações históricas sobre o recinto fabril através da estruturação da “Plataforma *Can Batlló es pel Barri*”, uma organização autônoma criada para defender o uso coletivo do espaço. Posteriormente, teve início uma campanha, com especial intensidade entre 2010 e 2011, conhecida como *Tic Tac Can Batlló*, movimentação que trouxe um ultimato: se a prefeitura e os proprietários não iniciassem as obras de urbanização do recinto, os próprios vizinhos tomariam a iniciativa, ocupando a fábrica desativada (ROCAMONDE, 2017; CÁMARA MENOYO, 2018).

Desse modo, começou a transformação de *Can Batlló* em um espaço comum para o bairro. Entende-se por comuns urbanos os espaços não definidos primariamente por sua propriedade formal, mas pela forma como os cidadãos os utilizam. Além disso, a sua criação pode se manifestar por meio da apropriação de propriedade privada ou de espaços abandonados para uso coletivo (BRADLEY, 2015). Essa transformação tática foi fundamentada em um processo de empoderamento cidadão, surgido “[...] da incapacidade do poder público de levar adiante a cidade planejada e da paralisia especulativa do capital privado” (CASTRO-COMA *et al.*, 2011, p. 11), tensionando o planejamento estratégico adotado na década de 1990.

Vale recordar o histórico de lutas sociais do bairro, de formação operária, que certamente auxiliaram na pavimentação desse processo. Em 2011, a prefeitura cedeu uma das naves da fábrica, o bloco 11, de 1500m², onde teve início um trabalho coletivo de reabilitação que durou mais de dois anos. Poucos meses depois da cessão do primeiro galpão, e após a legitimação da plataforma, conseguiu-se a cessão de outra nave, a “Margaret Astor”, para atividades de caráter cultural e recreativo.

Em paralelo, a prefeitura realizava alguns dos equipamentos prometidos. Em 2013, algumas edificações foram demolidas para construção de habitação social. Em 2015 e em 2016 houve novas demolições e a urbanização infra estrutural do recinto. Finalmente, em 2019, a prefeitura outorgou a cessão do lugar por 50 anos para a *Associació Espai Comunitari i Veïnal Autogestionat de Can Batlló*, uma associação de vizinhos que, até a presente data, faz a gestão do local (CAN BATLLÓ, 2020).

Recentemente, em uma das grandes naves voltada para a Av. Gran Via, foi instalada a Escuela de Medios Audiovisuales (EMAV), criando uma nova imagem do lugar para a principal avenida confrontante. Outra importante operação de transformação será a transferência do Arquivo de Barcelona, do centro histórico para a nave central de *Can Batlló*, compondo o mais recente investimento público no recinto. O projeto foi fruto de um concurso realizado em 2018, cujo vencedor foi o Projeto Ágora, dos arquitetos Mendoza Partida, Op Team e Ramón Valls, com expectativa de finalização em 2022.

Dois aspectos desse processo são particularmente importantes e estruturarão esta análise: a gradual conversão do espaço privado em coletivo e a subversão das formas usuais de organização social, responsável por essa conversão e, conseqüentemente, pela comunalização do lugar. Assim, os tipos de “espaço suporte” e a composição de atores sociais característicos desse processo terão especial atenção.

TIPOS DE ESPAÇO SUPORTE

Embora originalmente de propriedade privada, os espaços de *Can Batlló* foram gradativamente adquiridos pelo poder público, como já comentado. No entanto, sua apropriação pela comunidade local trouxe outro patamar de publicização, significando sua conversão em parte do tecido urbano mediante um processo de coletivização. Solà-Morales (2008a)² defende a especial atenção a esses espaços que não são públicos ou privados, mas coletivos, pois a cidade se dá nessa mescla entre ambos. Os espaços coletivos, segundo ele, são todos os lugares onde a vida coletiva se desenvolve, podendo ser, ao mesmo tempo, públicos e privados.

Após quase dez anos de autogestão, a plataforma *Can Batlló* não só deu uso coletivo a lugares estéreis, como o fez coletivamente, transformando em espaços comuns aqueles apropriados pelas forças sociais e aprimorados em benefício mútuo (HARVEY, 2014). Hoje, o local conta com um programa variado e com uma série de atividades frequentes ou eventuais. São muitos os espaços realizados nas naves cedidas, todos criados por meio da ação comunitária: Biblioteca Popular Josep Pons, com 300m² e mais de 10 mil volumes; bar e ponto de encontro, onde são organizadas também algumas apresentações; auditório, com capacidade para 400 pessoas; parede de escalada; salas polivalentes; oficina de infraestrutura; carpintaria; imprensa coletiva; centro de documentação; espaço familiar; espaço de artes e de treinamento para artes cênicas e circo (*Figura 3*).

Outros projetos de maior envergadura foram instalados no local posteriormente, como a cooperativa habitacional La Borda, situada em um edifício construído em sistema de cooperativa; a cooperativa Coópolis, dispositivo de fomento e de promoção da economia social e solidária; e a Escola Arcàdia, primeira escola 100% autogerida da Catalunha (*Figura 4*).

FIGURA 3 – Mapa dos espaços comuns de *Can Batlló*.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).



Os espaços comuns construídos recebem uma série de atividades cooperativas que buscam a “[...] redistribuição social das mais valias geradas coletivamente” (ROCAMONDE, 2017, p. 176). A agenda é bem variada, compreendendo atividades sociais, culturais, auto ocupacionais, reivindicativas ou formativas, como ateliês de leitura, lançamento de livros, noites temáticas, oficinas de carpintaria, exposições, mercado solidário etc. Além das atividades eventuais, são realizadas outras ações mais permanentes, como grupo de circo, viveiro de economia social, formação profissional com oficinas de carpintaria, metalúrgica, reparação de automóveis, imprensa, entre outras (CÁMARA MENOYO, 2018).

Juntamente com a apropriação dos galpões industriais, locais fechados convertidos em espaços coletivos e comuns, há atuação expressiva nos espaços livres subutilizados do recinto. Anteriormente, eram também de propriedade privada, mas foram convertidos em espaços de uso público para a comunidade e para a cidade, aspecto de grande interesse para esta discussão.

O espaço livre de maior impacto criado pela comunidade foi a abertura para o bairro da antiga via interna da fábrica, batizada como rua *Onze Juny 2011*, integrando-se à malha existente e permitindo o atravessamento do recinto (Figura 5). Essa passagem havia sido muito usada na década de 1980, mas

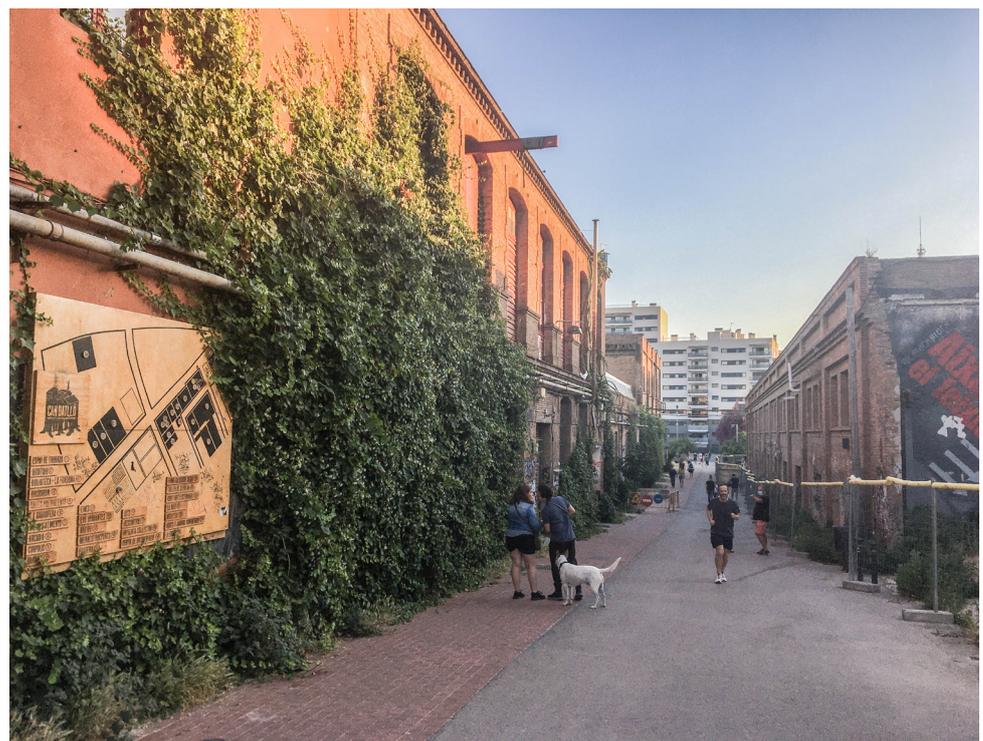


FIGURA 4 – Edifício da cooperativa *La Borda*.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

FIGURA 5 – Nova rua *Onze Juny* 2011.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).



foi posteriormente fechada. Outros espaços livres construídos foram: 300m² de hortas comunitárias, onde os vizinhos podem trocar experiências sobre agricultura ecológica; parque para cães, construído após uma demanda dos vizinhos; área esportiva, criada no antigo estacionamento da fábrica, contando com quadras de basquete, futebol e voleibol; e parque infantil (COSTA, 2020) (Figuras 6, 7 e 8).

Foram abertos acessos nos quatro lados do conjunto, conformando dois principais caminhos no interior do recinto, nos dois sentidos, o que significa que a grande quadra, anteriormente murada, vem sendo progressivamente integrada à malha urbana do bairro (Figuras 9 e 10).

Ao longo dos anos, a plataforma também se engajou em ações complementares nesses espaços livres, como plantio de vegetação, construção de viveiros de plantas e instalação de luminárias, complementando a iluminação a cargo do poder público.

Esses novos espaços livres coletivos, segundo Costa (2020), recebem uma série de atividades temporárias, como eventos anuais (aniversário de *Can Batlló*, *Fiestas de la Bordeta*) de horário diurno e noturno. Ao longo do ano também são realizadas atividades públicas diurnas, como feiras de artesanato, livros, arte e cerveja, além de exposições artísticas, como circo, malabares, e jogos infantis.

FIGURA 6 – Hortas comunitárias.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

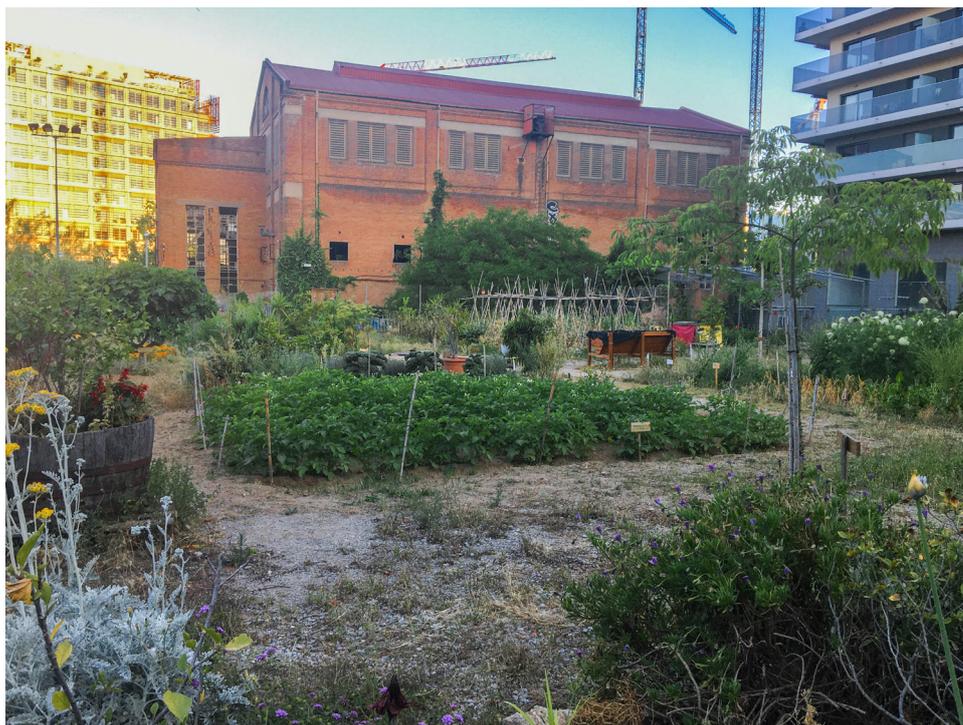


FIGURA 7 – Parque para cães.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).



FIGURA 8 – Área esportiva, composta de quadras polivalentes.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

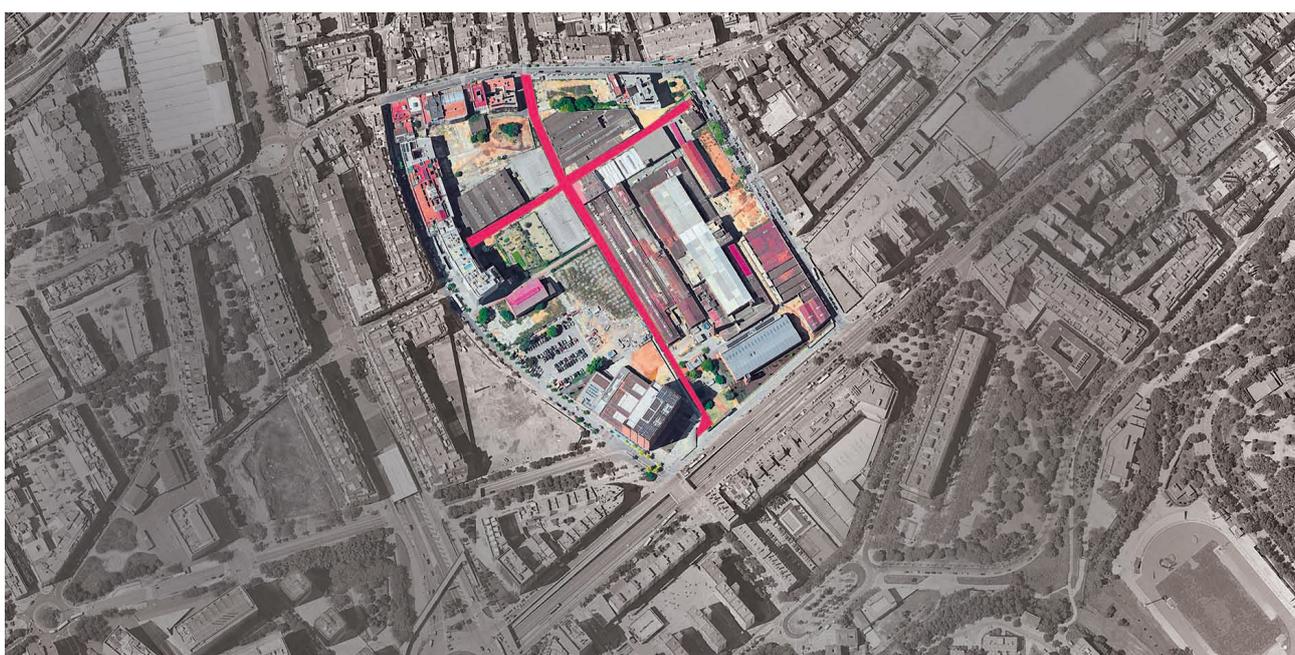
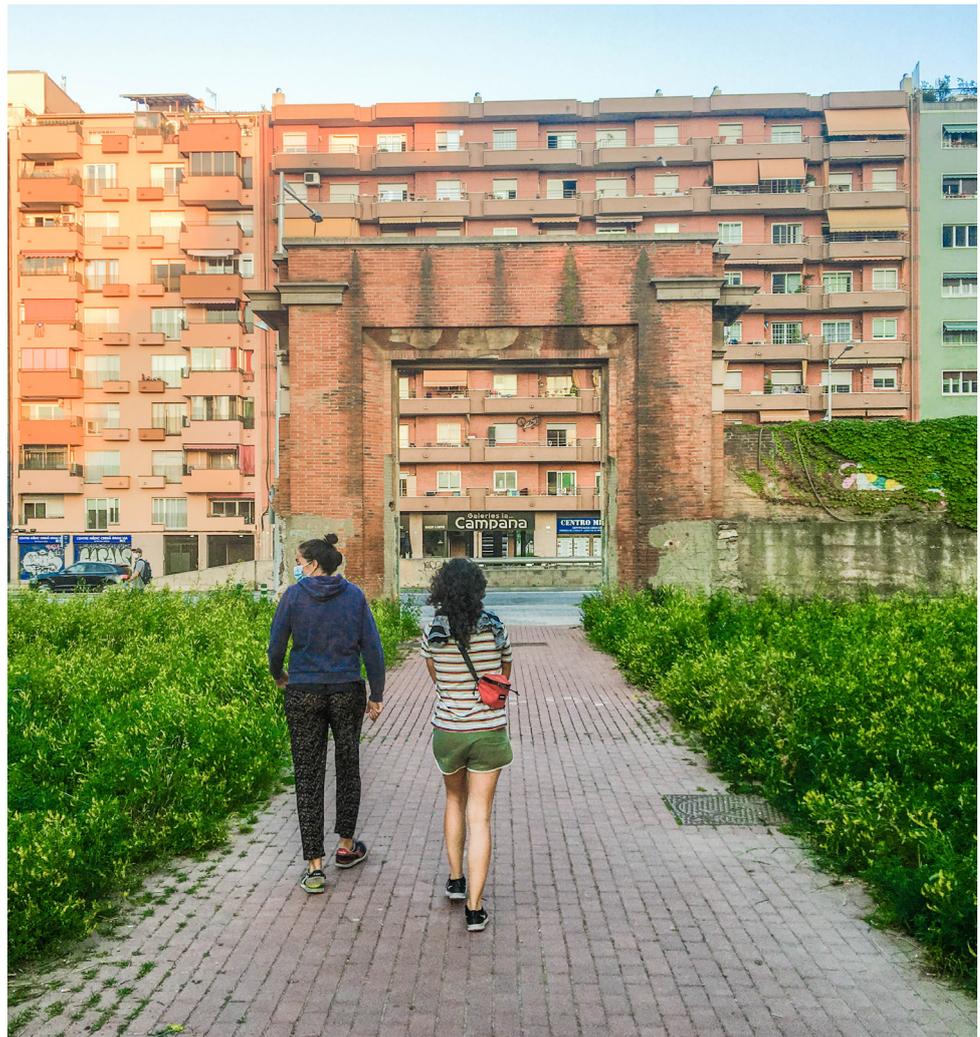


FIGURA 9 – Acessos e vias internas públicas.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

FIGURA 10 – Acesso da Av. Gran Via.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).



É importante mencionar que, segundo Costa (2020), todas as benfeitorias comunitárias realizadas coletivamente no recinto de *Can Batlló*, assim como algumas efetivadas nas naves cedidas, dependem do projeto e da construção definitiva do parque de *Can Batlló*, processo que está em curso atualmente³, após uma série de reuniões participativas realizadas entre os vizinhos e os membros da plataforma, também moradores do bairro. O projeto do parque deve considerar a área desses espaços (horta, parque para cães e parque infantil), porém pode remanejá-los para outros pontos. Assim, de certa forma, essas ações se configuram como uma etapa intermediária de teste e de curto prazo, inserida em um projeto maior a longo prazo, abordagem comum nas intervenções de urbanismo tático.

COMPOSIÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Os atores envolvidos na transformação de *Can Batlló* são a plataforma *Can Batlló és pel Barri* e a Prefeitura de Barcelona. Como movimento autogerido, o protagonismo da transformação é da plataforma, organização autônoma do poder público que reúne integrantes do bairro La Bordeta e do Centro Social de Sants⁴, sendo um reflexo do potente e organizado tecido associativo e comunitário

do bairro (CASTRO-COMA *et al.*, 2011). Não se sabe com precisão o número de integrantes que compõem a plataforma, mas estima-se que, atualmente, a comunidade congregue cerca de 400 pessoas, reunindo uma rede diversa e heterogênea de entidades e associações culturais, da juventude e de moradores, coletivos de arquitetos, assim como outras associações mais autônomas (CASTRO-COMA *et al.*, 2011), todas com participação nas assembleias.

De acordo com Cámara Menoyo (2018), *Can Batlló* funciona segundo um modelo de financiamento público-privado misto, no qual a plataforma é responsável pelos gastos de operação dos equipamentos, dispondo de três mecanismos de arrecadação: oferta de algumas atividades pagas, doações de materiais e montantes em dinheiro e colaborações na forma de mão de obra para trabalhos cotidianos. A prefeitura, por sua vez, além de ceder o terreno e o imóvel, é responsável pelos gastos de reabilitação e de manutenção das instalações e pelo fornecimento de água e eletricidade. Segundo Costa (2020), nunca houve interferência do poder público sobre o trabalho da plataforma, sendo uma relação de comunicação e diálogo entre as partes. Considerando que os equipamentos de *Can Batlló* são comunitários e correspondem aos equipamentos públicos que operam nos outros bairros da cidade, a prefeitura estaria repassando a responsabilidade pelos gastos de operação, porém, ao mesmo tempo, estaria renunciando ao controle sobre a utilização dos espaços.

O processo de autogestão é realizado com base em uma estrutura composta por quatro comissões principais: estrutura interna; artes e ofícios; educação e documentação; e cultura e lazer. Todas as ações são aprovadas na Assembleia de *Can Batlló*.

Costa (2020) explana que especificamente os espaços livres coletivos foram construídos por meio do trabalho comunitário, sob o planejamento das comissões e mediante a aprovação em assembleia. As realizações não contam com a contratação de mão de obra, mas com a utilização temporária de um grupo de profissionais da Barcelona Activa, agência de desenvolvimento do governo que trabalha sob a coordenação e o planejamento das comissões de *Can Batlló*. O financiamento dessas realizações está a cargo da plataforma, exceto os salários dos profissionais, pagos pelo poder público, assim como alguns custos de materiais.

A leitura de *Can Batlló*, segundo esses dois aspectos – tipos de espaço suporte e composição de atores sociais –, buscou apontar o diferencial dessa intervenção e sua suposta inovação, seja no sentido de “conversão de um bem privado em um espaço comum”, seja na “organização social construída para alcançá-lo”. Assim, a seguir o caso será discutido à luz das formas de atuação do urbanismo tático.

AS FORMAS DE URBANISMO TÁTICO

Desde que o termo Urbanismo Tático surgiu, apresentado pelos norte-americanos Lydon e Garcia (2015) em seu livro “*Tactical Urbanism*”, vem sendo usado

para denominar uma série de atuações de pequena escala, curto prazo e baixo custo, com o intuito de promover transformações a longo prazo escaláveis nas cidades. Para os autores, essa abordagem incentiva ressignificações na maneira de intervir nas cidades, promovendo interações mais eficientes entre cidadãos e o poder público que possam, por meio de atuações mais ágeis, colaborar com o planejamento e com o projeto convencionais e com seus objetivos de longo prazo e larga escala (BARATA, 2018).

Embora o termo seja novo na história do urbanismo, o movimento tem suas origens na segunda metade do século XX e está fundamentado, segundo Barata (2018), em três aspectos principais: nas teorias e movimentos de ressignificação dos espaços públicos a partir da década de 1960 (LYNCH, 1960; JACOBS, 1961; WHYTE, 1980); nas situações de esvaziamento urbano e expansão das cidades que geraram brechas no tecido urbano e, ao mesmo tempo, novas oportunidades de ocupação (SOLÀ-MORALES, 2002; BORDE, 2006); e no descontentamento político expresso principalmente por movimentos ativistas e por insurgências cidadãs (SANSÃO-FONTES, 2013; HARVEY, 2014), presentes em cidades de todo o mundo, inclusive no Brasil, a exemplo dos projetos participativos, dos mutirões de autoconstrução e das ações “faça você mesmo”.

A crescente popularidade do urbanismo tático na última década, no entanto, vem indicando que não se trata de um movimento unificado, como pontua Brenner (2016), mas de uma rubrica geral, de um movimento diaspórico que engloba uma ampla gama de projetos urbanos emergentes e experimentais “[...] cujo horizonte de tempo é relativamente curto e cuja escala espacial tende a ter um limite determinado” (BARATA, 2018, p. 40). Esses projetos podem ser utilizados para diversos fins políticos (WEBB, 2018) e ganham força em um contexto de crise e de austeridade nas economias ocidentais, nas quais os Estados vêm falhando em entregar soluções para os problemas urbanos por meio do planejamento e dos projetos urbanos convencionais, forçando uma mudança na forma de abordagem do desenvolvimento (BRENNER, 2016; WEBB, 2018).

O urbanismo tático é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e os procedimentos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora (BRENNER, 2016, p. 9).

Atuações táticas no espaço público à luz desse movimento vêm ganhando popularidade em diversos países centrais, que exportaram tanto projetos exitosos, como o Programa de Praças de *New York* – com o mais emblemático exemplo da reforma da *Times Square* –, quanto polêmicos, como as *Superilles* de Barcelona (SANSÃO-FONTES *et al.*, 2019). Na América Latina, propostas do gênero tiveram adesão em muitas metrópoles, como São Paulo (Santana, 3 Estações: Berrini), Cidade do México (Parques de Bolsillo), Santiago

(Calle Bandera), Lima (Cruces Peatonales de San Isidro), e em cidades menores, como Rionegro (Colômbia), Juiz de Fora (Brasil) e Comayagua (Honduras). Todas as ações citadas são de teste, caracterizadas pelo curto prazo e pelo baixo custo, visando transformações de longo prazo e larga escala.

TIPOS DE ESPAÇO SUPORTE

As ações de urbanismo tático vêm testando suportes diversificados, sempre no sentido de melhor aproveitar os espaços disponíveis em benefício das pessoas. Os exemplos acima mencionados consistem em atuações no espaço público tradicional, como ruas e calçadas, com ênfase no redesenho viário que priorize espaços para pedestres e para o transporte ativo. Entretanto, não são as únicas utilizações verificadas nessa abordagem, uma vez que ações táticas podem ser observadas também em tipos menos convencionais de espaços públicos, como: terrenos públicos subutilizados que podem ser apropriados para a criação de praças (Plazas de Bolsillo, em Santiago do Chile); baixios de viadutos que podem receber ações culturais (Vazio S/A, em Belo Horizonte); espaços residuais, como linhas de transmissão ou encostas, aptas para a construção de hortas urbanas (Hortas Cariocas, no Rio de Janeiro); entre outras atuações acupunturais realizadas nas últimas décadas.

Extrapolando as ações em locais públicos, a abordagem vem se projetando também na ativação e transformação de espaços privados, como estacionamentos, terrenos vazios, áreas industriais abandonadas, entre outros. Bishop e Williams (2012) defendem que ações táticas em espaços privados se popularizaram em alguns contextos por trazerem vantagens como: gerar segurança, pela ocupação de lugares ociosos que vulnerabilizam o espaço público adjacente; gerar possibilidade de renda, considerando que um terreno baldio é custoso para o proprietário; e atrair outros usos, inclusive comerciais, valorizando a vizinhança.

Talvez aí resida um dos aspectos mais diretamente criticados, a ideia de associar a ação tática à valorização econômica de um imóvel ou região, vista pelo mercado como um campo de experimentação a ser explorado, como etapa de um processo de mercantilização da cidade e sua conseqüente gentrificação. Nas últimas décadas, ações temporárias foram comumente usadas, em algumas cidades europeias como Berlim, por exemplo, como estratégias para ocupar terrenos vazios e atrair investimentos para locais desvalorizados. Segundo Webb (2018), isso colaborou para a consolidação das estruturas estabelecidas e formas associadas de poder econômico. Contudo, esse mesmo autor chama a atenção para o potencial radical do urbanismo tático, muitas vezes perdido justamente para essas abordagens “tradicionais”.

Nesse sentido, o caso aqui discutido assume maior interesse, uma vez que se trata de um espaço industrial desativado, de propriedade gradativamente adquirida pelo poder público, cujo processo de transformação percorre um caminho oposto, operando como resistência à mercantilização da cidade

e convertendo espaços estéreis em lugares comuns por meio da ação direta da comunidade.

COMPOSIÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Além da variedade de possibilidades de espaços suporte, verifica-se outra diversidade nas ações de urbanismo tático, no que se refere à composição dos atores sociais nelas envolvidos. A defesa das ações de base cidadã como a principal feição do urbanismo tático parece ser a visão majoritária, como sugerem Lydon e Garcia (2015), apesar de considerarem a abordagem passível de uso por uma série de atores, incluindo governos, empresas, Organizações Não Governamentais, grupos de cidadãos, coletivos e indivíduos. Os exemplos de ações táticas de redesenho viário apresentadas anteriormente são frutos de atuações do poder público, cuja participação cidadã pode ser maior ou menor, ou mesmo nula. Por outro lado, ações em baixios de viadutos ou construção de hortas urbanas são, na maior parte das vezes, atuações de base e participativas.

Assim, de maneira geral, o urbanismo tático costuma denominar intervenções resultantes de diferentes combinações entre ações do governo, da comunidade e do mercado. Por conta desse caráter poliédrico e aberto a interpretações, parte dos críticos considera as ações de urbanismo tático como uma forma de repassar ao mercado e à sociedade a responsabilidade do Estado de prover a infraestrutura necessária para os cidadãos; enquanto isso, outra parte argumenta que o urbanismo tático é uma ferramenta para favorecer o mercado, revitalizando lugares a serviço do capital (MOULD, 2014; WILLIAMS; GOODWIN; CLOKE, 2014; BRENNER, 2016; WEBB, 2018).

Ambas as críticas recaem sobre o urbanismo de agenda neoliberal que, embora assuma formas variadas em diferentes lugares, tem como feição comum a mercantilização do tecido social urbano, condicionando a vida coletiva pelas relações de mercado e, ao mesmo tempo, promovendo o desmantelamento de espaços urbanos autogeridos (BRENNER, 2016).

O caso de *Can Batlló*, nesse sentido, vai exatamente de encontro a essa argumentação, estando mais alinhado à outra interpretação, que encara o urbanismo tático como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana, quando se fundamenta na democracia participativa, visando promover a coesão social e evitando a imposição “de cima para baixo”. Para Brenner (2016), essa seria a real forma de mobilização do urbanismo tático, as ações “faça você mesmo” de reestruturação urbana, nas quais os próprios cidadãos, diretamente afetados por uma questão, mobilizam-se ativamente para enfrentá-la e demonstram as possibilidades de mudança. Por essa razão, muitas vezes o urbanismo tático é apresentado como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários (BRENNER, 2016).

Afinal, o que significa a sociedade assumir a tarefa de melhorar os espaços públicos? Que o Estado está ausente de sua responsabilidade, ou que a própria sociedade está mais engajada e disposta a participar da transformação urbana?

Segundo Webb (2018), todas essas possibilidades são verdadeiras, uma vez que o crescimento do urbanismo tático como movimento abriu um campo de batalha de diferentes discursos políticos relacionados às oportunidades de materialização de propostas. Ele pondera que o movimento é mais complexo do que uma polaridade entre tática radical e estratégia neoliberal e, para discuti-lo, classifica quatro tipologias principais de discursos que relacionam as intervenções táticas ao envolvimento democrático: a tradição crítico pluralista, a abordagem anárquico socialista, a neoliberal e a paternalista libertária.

Em linhas gerais, a tradição crítico pluralista seria aquela alinhada à visão de Lydon e Garcia (2015), que busca mobilizar o urbanismo tático como uma ferramenta consensual para resolver problemas de projeto na cidade, contemplando os interesses e os pontos de vista de grupos mais vulneráveis. A posição anárquico socialista, ligada às ideias de Alinsky (1946), é mais radical, defendendo o uso de táticas que não pressupõem a legitimidade das estruturas existentes de governo e democracia, uma subversão criativa dos modos liberais de tomada de decisão. A corrente neoliberal carece desse tipo de compromisso democrático, mas mantém a estratégia essencial do urbanismo tático de lançar redes de apoio popular e procurar explorar o capital político resultante. Finalmente, a paternalista libertária parece ser a menos provável a estimular o diálogo democrático local, algo que até as abordagens neoliberais parecem ser capazes de fazer (WEBB, 2018).

Esforço semelhante de classificação realiza Brenner (2016), quando comenta que a busca por urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas também de novos espaços de Estado. O autor apresenta cinco cenários em que o urbanismo tático pode se relacionar ao neoliberal, sendo no sentido de reforçá-lo ou de rompê-lo: reforço, entrenchamento, neutralidade, contingência e subversão. Não é o objetivo aqui discutir todos eles, mas chamar a atenção para o cenário de subversão, aquele em que “[...] o urbanismo tático interrompe as lógicas básicas de uma governança urbana orientada para o crescimento e orienta-se para futuros urbanos alternativos baseados em formas mais profundas de inclusão, equidade social, democracia de base e justiça espacial” (BRENNER, 2016, p. 10).

Ambos os autores enxergam, portanto, discursos e práticas de ruptura do *status quo*, estimulados por ações de urbanismo tático e seus processos, seja em um discurso anárquico socialista (WEBB, 2018) ou em um cenário de subversão (BRENNER, 2016). A transformação de *Can Batlló* será interpretada dentro dessa lógica.

CAN BATLLÓ COMO UMA FEIÇÃO SUBVERSIVA DO URBANISMO TÁTICO

Por que olhar *Can Batlló* pela lente do urbanismo tático? Por suas características: de ação de base, com atuações de pequena escala e baixo custo para reativar áreas subutilizadas; de implantação em etapas encadeadas (não necessariamente

planejadas), utilizando eventos como forma de ativar e de mostrar possibilidades de uso e apropriação; e pelo caráter de forte engajamento comunitário, a transformação autogerida de *Can Batlló* se apresenta como a real mobilização defendida por Brenner (2016).

Segundo Baiges Camprubí (2015), essa custódia urbana caracterizada pelo informal, pelo temporal e pelo baixo custo, de forma oposta às custosas e longas reabilitações, permitiu dar uso imediato, orgânico e facilmente apropriável pela cidadania. Sassen (2014), por sua vez, defende que o urbanismo tático é, em parte, uma prática que envolve ocupação. Diz ela que “[...] ocupar é refazer, mesmo que temporariamente, um pedaço de território, refazendo, também, as lógicas de poder, geralmente não democráticas, impregnadas nas práticas urbanas” (SASSEN, 2014, p. 44). A transformação de *Can Batlló* pode ser lida nessa fala. Embora o processo tenha se iniciado há 40 anos, durante as primeiras negociações pela conversão do recinto em um parque para o bairro, a transformação física tem, como pedra fundamental, uma ocupação. Essa primeira apropriação inaugurou um processo de reinvenção tanto do espaço físico quanto das estruturas de representatividade e de decisão.

No que tange ao suporte físico, houve o êxito de coletivizar esses espaços ambíguos, nem públicos, nem privados, mas coletivos (SOLÀ-MORALES, 2008a), dotando-os de valor público, ou, mais ainda, de valor comum, conquistado por meio de uma ação coletiva e de base, e não por uma imposição individual ou de cima para baixo. Para isso, a ocupação se deu na conversão de espaços inutilizados ou subutilizados, como estacionamentos, áreas livres residuais, além das próprias naves industriais.

Ao contrário dos modelos de decisão centralizados, a estrutura criada é horizontal, priorizando cidadãos ativos e democraticamente engajados, a exemplo dos modelos cooperativos, que trabalham na articulação entre três áreas: o conhecimento local, a democracia local e a ação individual e comunitária localizada (WEBB, 2018). Assim, a comunidade se vê representada e consegue atuar na direção das suas demandas. Segundo Webb (2018, p. 70), “[...] nas condições presentes, as abordagens cooperativas para a transformação do sistema parecem representar a melhor perspectiva para o desenvolvimento de uma base social ressurgente na qual apoiar serviços públicos”.

Entretanto, há que qualificar essa forma de autogestão. Não se trata de um movimento *outsider*, totalmente independente. Há uma articulação institucional importante, em que o Estado está presente, embora não no comando. A plataforma não atua sozinha com recursos próprios, mas em acordo com o poder público, que destina recursos e mão de obra. A conquista surge de uma pressão sobre o poder público, mas, ao mesmo tempo, de sua inserção no processo e do constante diálogo. Essa articulação é de extrema relevância, se considerada a forte tradição barcelonesa nos projetos urbanos de natureza estatal e no rigoroso controle sobre a construção da cidade.

Por último, a forma como as transformações nos espaços livres vão, gradativamente, saindo do papel, integrando o recinto à cidade sem investimentos vultosos, permite a avaliação do que foi realizado e sua incorporação no projeto final do parque. Essa construção, por meio de ações de curto prazo e de avaliação constante, típica das intervenções de urbanismo tático e praticamente inexistente em projetos urbanos convencionais, auxilia no fortalecimento da relação recinto-bairro. Segundo Costa (2020), após quase nove anos, pode-se verificar uma correlação entre o espaço autogerido, o espaço público, o bairro e a cidade. A atual utilização de *Can Batlló* como espaço comunitário vem gradativamente construindo uma relação de pertencimento dos usuários com o lugar.

Dentro desse contexto de subversão do *status quo*, é importante também qualificar que não se trata de um rompante de radicalização. Como já comentado, o bairro tem um histórico relacionado às organizações sociais, e o processo de *Can Batlló* recebe essa herança, como comenta Costa (2020), um dos membros da plataforma que forneceu um depoimento para esse artigo:

Os participantes de Can Batlló vêm de diferentes movimentos sociais. Sabemos que, com nossa pequena cooperação, podemos mudar, de alguma forma, essa sociedade que tivemos que viver. Somos pessoas que vêm de movimentos de bairro, libertários, sindicalistas e pessoas que simplesmente vêm de suas casas, e nosso denominador comum é ter uma consciência social. Em um determinado momento, antes da entrada e atribuição dos espaços de Can Batlló, decidimos que a administração deveria ser autogerida. Gestão de todos, autonomia e assembleias (COSTA, 2020, não paginado)⁵.

Assim, para a plataforma, o processo não significa uma ruptura, mas uma continuidade na forma de ver e transformar a cidade. Representa, sim, um exemplo de prática excepcional no mundo mercantilizado contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Can Batlló é um espaço de reflexão aberto para que a comunidade possa pensar coletivamente qual deve ser seu destino. O local continua sob o comando de um processo autogerido, reunindo uma série de atividades de interesse da comunidade em um espaço comum e aberto à cidade⁶. Apesar da feição tática, processual, responsiva e, em alguns casos, temporária, das intervenções realizadas, é importante mencionar que o processo de autogestão não tem prazo de validade. Mesmo após a construção do futuro parque, tudo indica que a plataforma seguirá dessa forma.

O caso traz, como contribuição, um modo de ocupar e um modo de fazer, presentes nas dimensões física e social de seu processo de transformação. Há uma dimensão visível, diretamente associada às intervenções de urbanismo tático, da atuação leve e de baixo custo, mas há também um aspecto invisível, que é a mobilização e o engajamento, necessários para o êxito do processo. Essas qualidades também fazem parte da atuação tática, mas não são tão facilmente alcançadas em contextos de coesão social mais frágil.

Trata-se de um processo de inovação social de base comunitária que combina negociação e insurgência. Ao mesmo tempo em que observa precariedades na cidade, identifica brechas na gestão pública e vazios político-administrativos, que são oportunidades para reagir a essas carências. Uma forma radicalmente política de urbanismo tático é capaz de atender às demandas sociais não solucionadas pelo Estado ou pelo mercado, por meio de políticas, de planos ou de projetos urbanos de grande escala, e de promover mudanças em um contexto de crise econômica e de inércia institucional.

Nessa feição radical de atuação, *Can Batlló* opera simultaneamente como uma crítica à associação do poder público ao projeto neoliberal e a suas formas privatizadas de apropriação, assim como uma forma de valorização das ações públicas na construção da infraestrutura urbana básica e necessária para a cidadania. É um processo que apresenta uma perspectiva otimista para a construção da cidade. Porém, tem a especial característica de estar fundamentado na potência da comunidade local, não sendo algo passível de ser importado ou forçado por meio de atores externos, tampouco de fácil surgimento em contextos socialmente desarticulados.

Em todo caso, a experiência revela grande potencial de proliferação em outros cenários, considerando a quantidade de espaços e de estruturas ociosas nas cidades, as ocupações e apropriações insurgentes que já ocorrem nesses locais e, como demonstrou o caso analisado, a viabilidade de associação dos atores locais com o poder público para dar escala às ações, sempre preservando o controle nas mãos da comunidade.

NOTAS

1. Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Processo nº88887.469024/2019-00) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Processo nºE26-202.666/2018).
2. Texto publicado originalmente em 1992.
3. Para informações sobre o futuro parque, ver: https://www.barcelona.cat/infobarcelona/es/tema/medio-ambiente-y-sostenibilidad/naturalizacion-agua-y-patrimonio-industrial-asi-sera-el-parque-de-can-batllo-2_1027472.html.
4. Associação criada em 1971 que atuou ao longo dos anos como aglutinador e dinamizador das mobilizações comunitárias.
5. Entrevista cedida em 22 de abril de 2020 à autora e publicada mediante autorização.
6. Especialmente, após o período de confinamento devido à pandemia do COVID-19, em que o governo estipulou diferentes horários para passeios e atividades ao ar livre para diferentes faixas etárias, o espaço vem sendo intensamente apropriado, o que mostra seu caráter polivalente e sua vocação para lugar de encontro para o bairro. Grande parte das fotos mostram a apropriação exatamente nesse período, em maio de 2020 às 9:00 PM.

REFERÊNCIAS

ALINSKY, S. D. *Reveille for radicals*. Chicago: Chicago U.P, 1946.

BAIGES CAMPRUBÍ, C. *Can Batlló: cuando la ciudadanía reutiliza el patrimonio industrial*. *Butlletí d'Arqueologia Industrial I de Museus de Tècnica I Ciència*, n. 77, p. 1-6, 2015. Disponible en: <http://www.amctaic.org/clients/amctaic/uploads/files/Butlleti76.pdf>. Acceso en: 25 mayo 2020.

- BARATA, A. M. F. *Do micro ao macro: urbanismo tático para transformação de espaços públicos*. 2018. 305 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. f. 40.
- BISHOP, P. E.; WILLIAMS, L. *The temporary city*. New York: Routledge, 2012.
- BORDE, A. *Vazios urbanos, perspectivas contemporâneas*. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BRADLEY, K. Open-source urbanism: creating, multiplying and managing urban commons. *Footprint. Delft Architecture Theory Journal*, v. 9, n. 16, p. 91-107, 2015. Available from: https://www.researchgate.net/publication/281993681_Open-Source_Urbanism_Creating_Multiplying_and_Managing_Urban_Commons. Cited: May 25, 2020.
- BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *Revista e-metropolis*, n. 27, ano 7, p. 6-18, 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>. Acesso em: 25 maio 2020.
- CÁMARA MENOYO, C. *Comunes urbanos: lecciones desde la Barcelona de principios del siglo XXI: una propuesta de caracterización desde la praxis*. 2018. 412 f. Tese (Doutorado Information and Knowledge Society Doctoral Programme) – Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona, 2018.
- CAN BATLLÓ Espai veïnal i autogestionat. Barcelona: *Can Batlló*, 2020. Disponível em: <https://www.canbatllo.org/>. Acesso em: 25 mayo 2020.
- CAPEL, H. *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.
- CASTRO-COMA, M. et al. *Can Batlló: construir comunidades en las ruinas de la crisis*. In: JORNADAS CONTRA LA DEPREDACIÓN DE LOS BIENES COMUNES. CIUDAD, TERRITORIO, CAPITALISMO. 2011. Madrid. *Palestras* [...]. Madrid: [s.n.], 2011. Disponível em: <https://studylib.es/doc/6323661/construir-comunidades-en-las-ruinas-de-la-crisis>. Acesso em: 25 mayo 2020.
- CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. Berkley: University of California Press, 1999.
- COSTA, J. [Entrevista cedida a]: Adriana Sansão Fontes. [S.l.], 22 abr. 2020.
- DELGADO, M. *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del “modelo Barcelona”*. Madrid: Catarata, 2007.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACOBS, J. *The death and life of great American cities*. New York: Random House, 1961.
- LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical urbanism: short-term action for long-term change*. New York: Island Press, 2015.
- LYNCH, K. *The image of the city*. Cambridge: The MIT Press, 1960.
- MOULD, O. Tactical urbanism: the new vernacular of the creative city. *Geography Compass*, v. 8, n. 8, p. 529-539, 2014. Available from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gec3.12146>. Cited: May 25, 2020.
- ROCAMONDE, J. *La Khôra de los comunes*. 2017. 195 f. Tesina (Master Urbanismo) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2017. f. 176
- SANSÃO-FONTES, A. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- SANSÃO-FONTES, A. et al. Urbanismo tático como prueba del espacio público: el caso de las supermanzanas de Barcelona. *Revista EURE: Revista De Estudios Urbano Regionales*, v. 45, n. 136, p. 209-231, 2019. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2779>. Acesso em: 25 mayo 2020.

SASSEN, S. Complex and incomplete: spaces for tactical urbanism. In: GADANHO, P. *Uneven Growth: tactical urbanisms for expanding megacities*. New York: The Museum of Modern Art, 2014. p. 40-47.

SOLÀ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOLÀ-MORALES, M. Espacios públicos/espacios colectivos. In: SOLÀ-MORALES, M. *De cosas urbanas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008a. p. 184-191.

SOLÀ-MORALES, M. *Diez lecciones sobre Barcelona*. Barcelona: COAC, 2008b.

WEBB, D. Tactical urbanism: delineating a critical praxis. *Planning Theory & Practice*, v. 19, n. 1, p. 58-73, 2018. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14649357.2017.1406130>. Cited: May 25, 2020.

WILLIAMS, A.; GOODWIN, M.; CLOKE, P. Neoliberalism, big society, and progressive localism. *Environment and Planning*, v. 46, n. 12, p.2798-2815, 2014. Available from: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a130119p>. Cited: May 25, 2020.

WHYTE, W. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 1980.

ZANETTI, V. Z. *Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo*. 2005. 400 f. Tese (Doutorado Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ADRIANA SANSÃO FONTES

 <http://orcid.org/0000-0003-0648-3894> | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Av. Pedro Calmon, 550/405, Cidade Universitária, 21941-901, Rio de Janeiro, RJ, Brasil | E-mail: adrianasansao@fau.ufrj.br

RECEBIDO EM
28/5/2020

REAPRESENTADO EM
21/2/2021

APROVADO EM
17/5/2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

SANSÃO-FONTES, A. O processo de autogestão de *Can Batlló*, em Barcelona: uma feição radical do urbanismo tático. *Oculum Ensaios*, v. 19, e224967, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a4967>